

CESARIANA

Não é normal

CUSTÓDIO COIMBR

Parto cirúrgico quase quadruplicou no Brasil nos últimos 40 anos, revela estudo com mais de 23 mil mulheres feito pela Fiocruz. País tem o maior índice do mundo, diz a OMS

DANDARA TINOCO

dandara.tinoco@oglobo.com.br

FLÁVIA MILHORANCE

flavia.milhorance@oglobo.com.br

A cena clássica dos pais em disparada a caminho do hospital depois do rompimento da bolsa, seguida de horas de expectativa e esforço, já não é realidade da maioria dos nascimentos de brasileiros. Se, há apenas quatro décadas, a cesariana era opção restrita a uma pequena parcela das mulheres, hoje a situação se inverteu, e o número de partos cirúrgicos quase quadruplicou, passando de 14,5% do total, em 1970, para 52%, em 2010. Na rede privada, o número é ainda mais impressionante: 88% dos brasileiros nascem por cesáreas em clínicas e hospitais particulares.

O país é campeão no mundo em partos cirúrgicos, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), que recomenda que eles correspondam a, no máximo, 15%. A tendência brasileira vai ainda na contramão do que se verifica em outros países, entre eles os europeus, que vêm tentando reduzir o número de cesarianas. Portugal tem uma das maiores taxas daquele continente, mas não chega a 35%. Enquanto isso, em Suécia, Finlândia, Noruega e Hungria os índices são abaixo de 20%.

Os dados fazem parte da pesquisa "Nascer no Brasil", antecipada pela coluna de Ancelmo Gois no GLOBO e divulgada ontem na íntegra pela Fiocruz, com a análise de entrevistas de 23.894 mulheres em maternidades públicas e privadas de todo o país. Os pesquisadores quiseram chamar a atenção para o enorme número de cirurgias feitas desnecessariamente e para os riscos dessa opção, conhecimento relativamente recente na literatura médica.

Segundo a coordenadora do estudo, Maria do Carmo Leal, há menos de uma década cientistas começaram a investigar a fundo as consequências negativas da cesárea para mãe e bebê. No caso dos recém-nascidos, são maiores as chances de internações em UTI e mortes. Para as mães, infecções e hemorragia. Hoje, estudos também relacionam a cirurgia com a ocorrência de problemas na fase adulta: doenças respiratórias (como asma), diabetes tipo 1 e hipertensão são alguns exemplos.

— Há uma cultura instituída de que a cesárea é segura, e as mulheres parecem desconhecer o risco — comenta Maria do Carmo.

MULHERES MUDAM DE IDEIA DURANTE GRAVIDEZ

O estudo conseguiu mostrar ainda que a mulher frequentemente muda de ideia ao longo da gestação. No início, 70% desejavam o parto normal. Quando separadas apenas as que realizaram o parto no setor público, o índice foi de 84,5%; no privado, 10%.

— Parece que ela vai sendo convencida de que precisa fazer cesariana — criticou o diretor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, Hermano Castro. — A mudança de cultura é fundamental. Precisamos alterar esse panorama desastroso do ponto de vista da saúde pública.

Prestes a completar sete meses de gestação, a fisioterapeuta Andressa Von Bock, de 35 anos, deve optar pela cesárea.

— Sou mãe de primeira viagem e tenho medo de sentir dor ou fazer a bebê sofrer. Não quero ficar 12 horas com contrações — afirma, acrescentando

▼
Números

88%

DE CESÁREAS

É o índice na rede privada. Somados hospitais públicos e particulares, o total chega a 52%, o que torna o Brasil 'campeão' do mundo, diz a OMS.

70%

DAS GRÁVIDAS

São as que, no início da gestação, queriam parto normal.

15%

DO TOTAL

É o limite de cesarianas recomendado pela OMS.

11%

DOS BEBÊS

Nascem antes do tempo no Brasil.

que a decisão pode mudar caso entre em trabalho de parto e tenha dilatação adequada.

Andressa lista o que considera serem riscos de dar à luz naturalmente:

— Todos falam dos problemas da cesárea, como a possibilidade de infecção. Mas o parto normal também tem perigos, como queda de bexiga e frouxidão vaginal. A minha médica me alertou também sobre a dificuldade de conseguir leite na maternidade onde quero ficar.

Presidente da Associação de Ginecologia e Obstetrícia do Rio de Janeiro, Marcelo Burla lista crenças populares e a longa duração do parto normal entre as causas da explosão do número de cesáreas:

— Há pessoas que dizem que o parto normal pode causar problemas genitais, mas é uma cultura popular incorreta. Isso só ocorre quando é mal conduzido. Além disso, o procedimento natural é caro, demanda um acompanhamento de, em média, oito horas. No sistema público, faltam médicos e leitos. No particular, há profissionais que não trocam mil reais que ganhariam em consultas no mesmo período pelos R\$ 700 do parto.

No entanto, Burla afirma que, em geral, não há vantagem de um procedimento em relação ao outro, e a opinião da mãe deve ser respeitada.

— Nenhum trabalho sério vai mostrar que uma via é melhor que a outra. Nós defendemos que, no alto risco, a decisão é técnica. E, no baixo, é da mulher — opina.

A publicitária Camila Roque, de 34 anos, prefere o parto normal:

— Fico com a sensação de que o corpo entende mais o que está acontecendo. Para mim, é muito doído gerar a criança durante nove meses, o médico cortar minha barriga, e o bebê nascer em dez minutos. As pessoas falam muito em sofrimento, mas conheço mulheres que não sentiram dor.

PROCEDIMENTOS INADEQUADOS

Como ela, outras mulheres que optam pelo parto normal estão sujeitas a procedimentos que não são os mais adequados. Por exemplo, 90% realizaram o parto deitadas, a "pior forma possível", segundo Maria do Carmo. Excesso de remédios, intervenções cirúrgicas, pouco estímulo para caminhar e se alimentar durante o processo também são comuns.

Além disso, segundo o estudo, a proporção de nascimentos prematuros (antes de 37 semanas) foi de 11,3%, índice 50% maior que o da Inglaterra e que pode estar relacionado ao insuficiente acompanhamento pré-natal: 60% das mulheres o iniciam após a 12ª semana, e um quarto sequer recebe o mínimo de seis consultas. ●

Escolha.

Andressa

passará por cesárea:

'medo de fazer a

bebê sofrer'



Ministério da Saúde volta atrás e exclui aborto da tabela do SUS

Alegação são questões técnicas, mas deputado evangélico diz ter pressionado

FLÁVIA PIERRY

flaviap@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA - Uma semana depois de publicar uma portaria que formalizava o aborto, nos casos já previstos em lei, em hospitais vinculados ao SUS, o Ministério da Saúde voltou atrás. O documento, assinado pelo secretário de Atenção à Saúde, Fausto Pereira dos Santos, havia sido elogiado por representantes de entidades que pedem o direito de escolha da mulher. Mas ontem o "Diário Oficial da União" trouxe um despacho que o revoga.

A alegação oficial são a carência de maiores debates técnicos e erros de cálculo na tabela. Mas o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), representante da bancada evangélica no Congresso, sugeriu que o cancelamento se deu por pressão sua. Em nota, o PSC, partido ligado a grupos religiosos, também reivindicou participação no cancelamento.

A assessoria de comunicação do Ministério da Saúde afirmou que a portaria não alterava as regras já vigentes sobre o aborto legal. Segundo o órgão, pesaram unicamente "questões técnicas". Uma delas seria a falta de debates sobre a portaria com gestores municipais e estaduais, que coordenam os gastos. Além disso, o ministério afirma que há uma inconsistência no cálculo do impacto final das cirurgias e que ele terá de ser refeito. Pela tabela

agora extinta, cada procedimento custaria à União R\$ 443,30.

A portaria vai passar por reanálise e será debatida com os gestores estaduais e municipais. Não há prazo para a nova versão, explicou o ministério.

Após a publicação da revogação, Cunha usou sua conta no microblog Twitter para comentá-la. Ele afirmou que esteve com o ministro da Saúde, Arthur Chioro, e relatou que iria entrar com um projeto legislativo contra a regulamentação do aborto — mesmo nos casos previstos em lei a que se referia o documento.

"Alertei a ele que, pelos termos da portaria, ela estaria legalizando o aborto ilegal. O ministro me procurou para comunicar que estudou a portaria, que foi editada por uma secretaria do ministério, entendendo que tinha falhas. Logo resolveu revogá-la pa-

“

“O ministro me procurou para comunicar que estudou a portaria, entendendo que houve falhas. Logo resolveu revogá-la”

Eduardo Cunha

Deputado federal (PMDB-RJ)

ra melhor estudar”, disse.

Segundo o documento agora invalidado, os abortos só poderiam ser feitos nos casos já previstos por lei, como em gravidez decorrente de estupro ou em gestação de fetos anencéfalos — bases estabelecidas depois de uma histórica decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012.

A norma previa que os recursos usados para arcar com esses procedimentos deveriam ser anotados sob o nome de "Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual e Interrupção da Gestação Prevista em Lei".

Apesar de não prever novas situações em que o aborto poderia ser feito, a publicação da portaria definindo o valor de R\$ 443,30 trouxe críticas de grupos religiosos. Na semana passada, o deputado Marcos Rogério (PDT-RO), da Frente

Parlamentar Evangélica, afirmou que a criação do procedimento era uma "preocupação

RETROCESSO, DIZ ENTIDADE

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) expressou perplexidade com o que chamou de retrocesso que vai "na contramão dos direitos humanos das mulheres brasileiras". O Cfemea argumentou que a portaria estava em conformidade com as leis e que "revoga esse avanço significa retornar a uma situação de imprecisão que dificulta a obtenção de estatísticas na área. Na avaliação do Cfemea, o país volta a uma situação de dificuldade para as mulheres de acesso ao aborto legal e ao atendimento nos casos de violência sexual. "Temos esperança de que a revogação seja corrigida". ●